

broadcast⁺

ECONOMIA & MERCADOS 26/05/2018 09:07

HIDRELÉTRICA JIRAU TEM RECURSOS PARA HONRAR COMPROMISSOS APENAS ATÉ AGOSTO



Concluída no início de 2017, a Hidrelétrica Jirau, no Rio Madeira, enfrenta grave crise financeira. A concessionária Energia Sustentável do Brasil (ESBR), que administra a usina, tem dinheiro para bancar os compromissos só até agosto. A partir dessa data, os sócios terão de aportar cerca de R\$ 450 milhões para a empresa não ficar inadimplente, diz o presidente da ESBR, Victor Paranhos.

A conta poderá subir por causa do risco hidrológico. Trata-se do GSF (sigla em inglês para Generation Scaling Factor), mecanismo que mede quanto as usinas geraram abaixo do volume contratado. No período seco, com menos água nos reservatórios, as hidrelétricas produzem abaixo do previsto e são obrigadas a ir a mercado comprar energia para cobrir o contrato.

De 2014 para cá, Jirau já gastou R\$ 1 bilhão para cobrir esse déficit - fator que tem provocado desequilíbrio no setor elétrico. "Essa conta foi paga com aportes de recursos dos sócios, pois hoje nosso fluxo de caixa é negativo", explica Paranhos.

Neste ano, a empresa terá de pagar R\$ 1,2 bilhão de financiamento ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), R\$ 700 milhões de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (Tust) e cerca de R\$ 470 milhões de GSF. "Basta olhar para nosso fluxo de caixa para entender a situação a empresa", diz o presidente da ESBR - empresa formada pela franco-belga Engie, a japonesa Mitsui e as estatais Chesf e Eletrosul, do grupo Eletrobrás.

Por causa da necessidade de aportes, a estrutura de capital da concessionária se inverteu. Inicialmente, 70% dos recursos vinham do BNDES e 30% dos sócios. Hoje, essa proporção é de 48% e 52%, respectivamente.

Taxa

Outro ponto que precisa ser revisto, diz o executivo, refere-se ao custo do financiamento do BNDES. Nesse caso, quem está à frente das discussões é o Instituto Acende Brasil e envolve todas as grandes hidrelétricas leiloadas no passado. O argumento é que as empresas levaram em conta um juro subsidiado para dar lances nos leilões. Os contratos eram corrigidos pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), transformada pelo atual governo em TLP - mais próxima das taxas de mercado.

Na outra ponta, no entanto, os contratos de venda de energia são corrigidos pela inflação, que está em queda no Brasil. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.